

Há diversas formas de dolarização

LUCILA SOARES

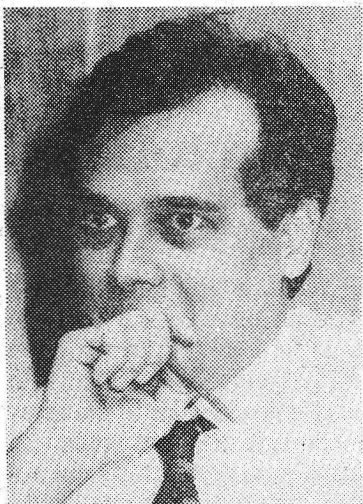
A discussão sobre um segundo round de ação imediata parte do princípio de que o ajuste fiscal, embora essencial, não é suficiente para baixar a inflação. Daí a entrada em voga da idéia de âncora, palavra usada no economês no mesmo sentido da navegação: um mecanismo que freia a inflação.

A âncora cambial, na qual se atrela a moeda nacional ao dólar, virou vedete por conta de artigos escritos pelo atual secretário-adjunto de Política Econômica, Gustavo Franco. O último deles, publicado na revista de *Economia Política* de junho, deu pretexto a tanta especulação que obrigou o BC a despejar milhões de dólares no mercado para conter a alta da moeda.

A forma mais radical de âncora cambial, adotada na Argentina, é a dolarização. O valor do dólar é fixado e passa a haver livre conversibilidade entre a moeda nacional e a americana.

Em seu artigo, o secretário mostra que, para isso, é necessário um volume de reservas cambiais muito superior à do Brasil, porque a dolarização à la Argentina garante que se toda a população resolver trocar seu dinheiro por dólar, o BC tem de ser capaz de atender a demanda.

Intermediária — Numa versão intermediária, o valor do dólar é fixado mas não existe a conversibilidade. E, na versão mais branda, estabelece uma espécie de prefixação do câmbio, com desvalorizações menores e



Franco: só âncora não resolve

mais espaçadas. O problema desta alternativa, segundo o artigo de Gustavo Franco, é que ela pressupõe uma economia com preços dolarizados.

A consequência da adoção de uma âncora cambial nas circunstâncias brasileiras seria equivalente à tentativa de fazer um navio parar com uma âncora de plástico.

Transpondo o exemplo para a inflação, os preços em cruzeiros continuariam a subir, enquanto o dólar permaneceria fixo ou subindo menos. As exportações se tornariam inviáveis, as reservas cambiais desapareceriam e o governo teria de dar uma maxidesvalorização.

Prefixação — Entre as alternativas que estariam sendo avaliadas pela equipe econômica, só uma conta com o apoio de economistas ligados ao governo. A prefixação de preços e salários negociados com o Congresso Nacional é o que propõe o Ipea.

A Carta de Conjuntura do Instituto, divulgada na semana passada, considera esta saída mais viável para um segundo round, desde que precedida pela efetiva implementação do ajuste fiscal e de um segundo choque de credibilidade.